

Cabe ainda, por exemplar, uma última referência ao estilo "radial" de apresentação dos dados complementares que ancoram o relato da vida de Rosa: sua chegada ao Rio de Janeiro, fuga de Minas em busca do reconhecimento de sua santidade, é tratada por Mott com cuidadosa ambientação. O Rio de 1751 é retratado com base em pesquisa de relatos de testemunhas da época. A pesquisa permite ao leitor não só dispor de imagens visuais muito nítidas e significativas dos aspectos físicos, urbanos, econômicos e sociais do Rio, mas também da presença de uma religiosidade extrema que permeava o cotidiano de seus habitantes. Sem essa digressão, certamente seria mais difícil para o leitor compreender, em sua plenitude, as razões dos acontecimentos posteriores na vida de Rosa.

Em trabalhos anteriores, Mott por vezes exagerou, segundo minha apreciação, na dose de subjetivismo com que conduziu as análises. Os dados, nesses casos, estavam quase submersos ou eram apresentados com um colorido militante demasiadamente forte que ofuscava a própria importância do dado coletado. (Digo isso apesar de estar plenamente de acordo com a existência de uma dimensão política inerente ao trabalho do antropólogo. O que caberia debater seriam os modos pelos quais é possível ou desejável articular tal preocupação à pesquisa propriamente dita no momento da construção do texto. Mas este não é, certamente, o lugar para fazê-lo...)

Neste *Rosa Egípcia. Uma santa africana no Brasil*, porém, Luiz Mott trabalha com sua subjetividade de modo tal que o texto se revela, ao mesmo tempo, como relato sobre o passado e pesquisa no presente: o leitor conhece a história de Rosa e também a da pesquisa e, ainda, o próprio pesquisador, que se apresenta com suas emoções, suas experiências e com várias tiradas críticas muito bem-humoradas ao misticismo exacerbado de Rosa e seus seguidores ou analisando criticamente as reações oficiais a Rosa: "Audácia de uma ex-escrava africana pretender ensinar a cristãos-velhos os caminhos da salvação" (p. 708). Tudo isso em uma medida justa, que permite vários níveis de leitura e informação e a expressão de múltiplas perspectivas e muitas vozes, fazendo deste livro uma grande obra.

Farage, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. São Paulo, Paz e Terra/ANPOCS, 1991, 197 páginas.

Waldenir Bernini Lichtenthale<sup>1</sup>  
Aluno de Grad. do Curso de Ciências Sociais/USP

Em *As muralhas dos sertões*, Nádia Farage realiza um acurado trabalho de interpretação, a partir de fontes documentais, do processo de colonização da região amazônica, em particular do Rio Branco.

Localizada no atual estado de Roraima, esta região foi, ao longo de todo o período colonial, objeto de disputas territoriais, às vezes mais acirradas, às vezes mais veladas, entre portugueses, espanhóis, holandeses e, mais tarde, ingleses. No centro desta disputa estavam os povos indígenas que habitavam a região: vistos pelos holandeses como "parceiros comerciais" e pelos portugueses como fronteiras vivas, a servir de muralhas contra a penetração estrangeira, estes povos construíram uma visão diferente do seu próprio papel em relação aos demais atores do processo.

A dinâmica do processo de colonização, os diferentes agentes envolvidos e as representações construídas por uns em relação aos outros são discutidos neste trabalho.

No século XIX, quando se estabelece o litígio entre Brasil e Inglaterra pela região da fronteira entre o atual estado de Roraima e a Guiana Inglesa, os povos indígenas da região são colocados no centro da argumentação de ambas as partes. Os ingleses reivindicavam a posse de todo o território ocupado por aqueles grupos indígenas aos quais se estendeu, desde dois séculos antes, a rede de relações comerciais estabelecida pelos holandeses, antigos senhores da colônia. Os brasileiros, por sua vez, argumentavam que eram herdeiros do esforço português de ocupação da área e que os territórios deveriam pertencer àqueles que mantiveram uma colonização efetiva da região. As atividades dos holandeses foram qualificadas pelos brasileiros como contrabando, não cabendo assim sua invocação como argumento por parte dos ingleses.

A autora busca recompor a história dos povos indígenas nesta região ao longo do seu contato com os europeus. Tarefa de extrema complexidade, como nos alerta Farage: já de início, a principal dificuldade é a imprecisão dos etnônimos empregados pelos cronistas e funcionários oficiais para designar os grupos indígenas da época. Além de não se ter certeza sobre de quem se está falando, há o problema adicional de, ao se trabalhar com fontes produzidas por terceiros, ter de "filtrar" as informações fornecidas pelos documentos.

## A escravidão na colônia

Nádia Farage procura familiarizar o leitor com as condições econômicas, sociais e políticas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, no período que vai do século XVII até o XVIII. O objetivo é permitir ao leitor compreender os diferentes fatores que levaram os portugueses a tomar determinadas posições no processo de contato com os povos indígenas do Rio Branco.

O sistema de *plantation*, aplicado em larga escala no nordeste brasileiro, não pôde ser implantado no Grão-Pará. Em primeiro lugar, o elevado volume de capital necessário para desencadear a produção agrícola desestimulava os investidores. Outro fator que impediu a agricultura monocultora em larga escala foi a dificuldade de acesso à mão-de-obra escrava negra que, em virtude de dificuldades geográficas, atingia preços extremamente elevados. Isso levou a uma estagnação da economia que inibia a vinda de colonos para o estado.



O extrativismo era a única atividade com rendimento compensador que se podia praticar na colônia. Expedições de coleta de "drogas do sertão" se dirigiam para o interior do vale amazônico, sendo o seu produto parcialmente exportado e parcialmente consumido no interior da colônia. Por depender de outros fatores, tais como a flutuação de preços dos diferentes produtos coletados e a irregularidade do volume de produção de ano para ano, o emprego de mão-de-obra escrava negra se tornava ainda mais inviável. Isso porque os traficantes só estabeleciam suas rotas para localidades que tivessem uma demanda estável de mão-de-obra.

A legislação indigenista que vigorou até a metade do século XVIII estabelecia duas categorias de índios: livres e escravos. Livres eram aqueles índios que se encontravam aldeados pelos missionários. O recrutamento desses índios para os aldeamentos era conhecido como "descimentos", sendo que os primeiros foram feitos através de viagens de missionários ou de seus representantes brancos, ou mesmo por índios já aldeados, que tentavam persuadir outros indígenas a viverem em torno das ordens religiosas. Os índios escravos eram aqueles prisioneiros capturados no curso de "guerras justas", conceito cuja definição variava conjunturalmente, ou através dos chamados "resgates".

Inicialmente os "resgates" se davam mediante a compra junto aos índios de seus prisioneiros. A falta de critérios definidos para caracterizar a legalidade ou não dos resgates permitiu a sua utilização em larga escala: tropas de resgate se embrenhavam pela floresta amazônica na captura de índios para atender as demandas de mão-de-obra da economia colonial. A mão-de-obra indígena arregimentada através destes mecanismos se mostrou adequada aos trabalhos de coleta, por seus conhecimentos naturais dos sertões.

A expansão colonial em direção a Rio Branco foi desencadeada inicialmente pelo esgotamento do fornecimento de escravos índios nas proximidades de Belém. O sistema de tropas de resgate continuou a ser empregado, com a atuação de particulares associados às expedições oficiais, para o apresamento de índios, sendo que o resultado era dividido entre os participantes.

Deve-se destacar o papel das ordens religiosas, que não só anuíam como colaboravam com o processo de escravização, chegando às vezes a se associar aos traficantes. Além disso, os aldeamentos formados a partir dos "descimentos" eram todos controlados pelos missionários, até a entrada em vigor do Diretório Pombalino, reforma introduzida na legislação colonial que previa a abolição da escravidão indígena e o fim da atividade missionária com relação às populações indígenas. O Diretório previa, por outro lado, a criação de uma Companhia, que tinha por objetivo principal a introdução, a preços mais acessíveis, de escravos negros no Grão-Pará.

Estas medidas eram muito importantes no sentido de impor a geopolítica portuguesa na região amazônica, pois a assinatura do Tratado de Madri (1750) impunha aos países em litígio a ocupação de fato do território como princípio de definição de posse. Era necessário, portanto, evitar maus-tratos aos índios e aproveitá-los na ocupação do mais amplo território possível.

## Portugueses, holandeses e índios

Um dos fatores de maior peso para que os portugueses se apressassem em ocupar de alguma forma a região de Rio Branco foi o bom relacionamento que mantinham índios e holandeses. Produtos manufaturados holandeses eram trocados junto aos índios por escravos, que eram utilizados nos domínios holandeses.

Aplicando alguns recursos teóricos emprestados de M. Sahlins, a autora interpreta o circuito de trocas estabelecido entre holandeses e índios. Tentando fugir a uma análise economicista que atribui a este circuito um caráter puramente comercial, Nádia Farage explica que os manufaturados não eram percebidos pelos índios enquanto mercadoria, ou seja, pelo seu valor de uso e de troca. Naquelas sociedades a fonte de prestígio do guerreiro era dada pela posse de várias mulheres. Ao entregar ao holandês as mulheres que lhe pertencem, o guerreiro recebe em troca presentes manufaturados. Estes presentes assumem o significado que era dado às mulheres que entregou. Ao realizar o circuito de troca, o índio lhe atribui o sentido de uma aliança baseada na reciprocidade. A capacidade do índio guerreiro de ser o mediador entre dois códigos mutuamente ininteligíveis lhe confere respeito por parte dos seus e desperta interesse por parte dos holandeses.

Para os holandeses, os índios, ao fazerem prisioneiros e os entregarem como escravos, em troca de quinquilharias, estão aceitando sua submissão e colocando-se como súditos.

Aos olhos dos portugueses, por outro lado, os holandeses têm pretensões expansionistas na área e os índios estão se tornando seus aliados comerciais. A necessidade de ocupação da região mediante a cooptação da população indígena se fez urgente quando, além do "perigo holandês", os espanhóis penetraram naquele território com uma expedição oficial. A estratégia portuguesa consistiu em, mediante a fixação dos índios em aldeamentos seculares, sob controle militar da colônia, evitar a invasão do território, estabelecer a ocupação permanente da região e impedir o tráfico holandês.

Assim, os grupos indígenas de Rio Branco foram utilizados como fronteiras vivas, como muralhas dos sertões.

O fracasso do sistema de aldeamentos é explicado pelas péssimas condições de vida nestes agrupamentos, o que acabava por levar a fugas de pequenos grupos ou de indivíduos isolados.

A baixa produtividade econômica destes aldeamentos era entendida pelos portugueses como "fruto da preguiça característica daqueles gentios". Nádia Farage nos apresenta, entretanto, outras explicações para o insucesso. Os "descimentos" para estes aldeamentos eram feitos fundamentalmente pela mediação dos "principais" – chefes dos grupos locais, dentro do sistema uxorilocal daqueles grupos indígenas. Os assim chamados "chefes-sogros" tentavam com sucesso, pelo menos nas primeiras expedições, persuadir os indivi-

duos sob sua influência a integrar os aldeamentos. Contudo, uma vez aldeada, a comunidade tinha sua organização social modificada pelos portugueses. O tradicional esquema de produção baseado nos grupos domésticos não teve continuidade aí, o que tornou a escassez de alimentos inevitável. O sedentarismo forçado era, por outro lado, uma violência contra a cultura dos grupos locais, pois, tradicionalmente após os rituais funerários, mudava-se o local da aldeia. Isso lhes foi proibido pelos portugueses que necessitavam exatamente do contrário, ou seja, a fixação daqueles grupos.

O medo do convívio com seus mortos, a desestruturação de seu sistema social e a miséria decorrente tornaram a vida nos aldeamentos tão insuportável que uma rebelião generalizada veio a esvaziar totalmente os aldeamentos, em fins do século XVIII.

Esse sistema nunca mais voltaria a funcionar.

## Conclusão

A virada do século XVIII para o XIX marca uma redefinição na geopolítica dos países envolvidos em litígios na região de Rio Branco. As disputas territoriais ficaram postergadas e a situação íncômum a que foram submetidas as populações indígenas da região se alterou.

Em ambos os projetos colonizadores – português e holandês –, as relações com os índios foi intermediada pela figura do chefe/guerreiro: o elo de ligação entre culturas diferentes, que permitia a redefinição de significados enquanto as transformações aconteciam. A metamorfose de uma relação de aliança para uma situação de dominação se tornava inteligível.

*As muralhas dos sertões* é um exemplo bem significativo do impulso que vem tomando no Brasil os estudos de História Indígena. Nádia Farage se inscreve, com essa obra, entre aqueles que ousaram romper as dificuldades metodológicas e teóricas que emperravam o desenvolvimento da Etno-história.

Como bem observou Manuela Carneiro da Cunha, historiadores e antropólogos vinham relutando em investigar o passado indígena brasileiro. Os historiadores, por não confiarem em documentos escritos por terceiros, em geral missionários, funcionários e cronistas, quase sempre com interesses conflitantes com os dos índios. Não se sentiam tampouco seguros em desenvolver um trabalho de resgate da história destes povos via estudos de tradição oral – quadro que também vem se alterando. Na Antropologia, por outro lado, as principais correntes teóricas, o funcionalismo e o estruturalismo, privilegiavam a análise sincrônica em detrimento de estudos diacrônicos, desconsiderando, assim, o processo histórico.

Nádia Farage se empenha em desvendar a dinâmica entre evento e estrutura: utilizando dados de épocas melhor documentadas e mesmo fontes atuais, a sua análise faz



emergir um sentido para a história dos povos estudados, preenchendo as lacunas deixadas pelas fontes setecentistas.

É justo destacar a importância de uma obra deste gênero, não só para a etnologia como para o resgate de uma história de dignidade e tradição, que tem sido esquecida pelos que escrevem a História.

Lizot, Jacques. *O círculo dos fogos: feitos e ditos dos índios Yanomami* (tradução Beatriz Perrone Moysés). São Paulo, Martins Fontes, 1988, 231 páginas.

Marisa de Fatima Paulavicius  
Aluno de Grad. do Curso de Ciências Sociais /USP

Jacques Lizot escreveu este livro em plena floresta, entre os Yanomami do sul da Venezuela. Num estilo quase literário e através da vida cotidiana, o autor nos revela como vivem e morrem; como fazem as alianças, a guerra e o amor; como concebem o sobrenatural e os poderes mágicos.

Articulando discursos, narrativas, mitos e acontecimentos do dia-a-dia, o autor nos apresenta uma idéia do que é ser um Yanomami, bem como possibilita uma compreensão da cultura desta sociedade. Jacques Lizot pretende não só perceber como os Yanomami agem diante de um acontecimento, mas também a interpretação que fazem deste.

O livro é constituído essencialmente de três partes, cada uma das quais consistindo em um recorte temático: a) o dia-a-dia na grande casa: um estudo mais aprofundado do cotidiano, do universo feminino, da vida doméstica, familiar e das histórias de amor; b) os poderes mágicos: uma análise do simbolismo e da magia, cujo objetivo é compreender o que o sistema simbólico nos diz a respeito da sociedade que o produziu; c) a guerra e as alianças: uma busca de compreensão da lógica da guerra e do sistema de alianças.

Antes de mais nada, o autor procura entender o sentido da palavra Yanomami como uma autodenominação desse grupo étnico. O etnocentrismo é uma característica comum a todas as sociedades – para se perpetuar no tempo e manter a lógica interna, uma sociedade precisa se autovalorizar e construir uma identidade própria. No caso dos Yanomami, tudo o que não pertence ao seu próprio mundo sócio-cultural é "estrangeiro", "outro", *nabë*. Os *nabë* – os brancos, os outros índios etc. – são todos confundidos numa mesma categoria; o estrangeiro é o inimigo em potencial. Yanomami, nesse sentido, quer dizer "homem": a própria etnia é o ponto central do universo humano, a humanidade por excelência. As palavras Yanomami e *nabë* ao mesmo tempo se complementam e se opõem.